ECONOMIA E FELICIDADE

Maria da Conceição Tavares

Uma discussão parcial dos temas presentes neste ensaio, com o mesmo título de "Economia e Felicidade", foi apresentada em um seminário realizado em São Paulo em 1988. O título foi mantido porque, na opinião da autora, agradaria a Raúl Prebisch (a quem o ensaio é dedicado), que tanto lutou para que os dois termos fossem compatíveis.

Riqueza, consumo, trabalho, progresso: eis aí os temas principais da economia política que estão associados na mente humana à noção de felicidade. Podem estar associados de maneira positiva ou negativa, mas aí estão, desde que a vida ativa e não contemplativa, a ordem natural e não a ordem divina, a ordem burguesa e não a ordem feudal, passaram a reger os destinos humanos, isto é, desde a Idade Moderna.

A economia política, a partir dos clássicos, sempre esteve impregnada de um filosofia moral que propõe a felicidade e a liberdade como objetivos viáveis da sociedade humana. A corrente liberal clássica ia em busca da "felicidade geral" ou do bem comum, o que se conseguiria pela liberdade do mercado e dos contratos, em que os interesses egoístas conduziriam, por meio da competição, à harmonia da "mão invisível", ao equilíbrio da ordem natural ou ao interesse comum do contrato social.

Também a crítica da economia política, a partir de Marx, propõe a felicidade e a liberdade humanas mediante a superação, não dos conflitos individuais, mas das contradições da sociedade capitalista, o que levaria à meta-história de uma sociedade sem classes e sem Estado, ou pelo menos com este reduzido à esfera da administração das coisas.

Mais tarde, já no século XX, se chegaria a verificar dramaticamente que eram os seres humanos e não as coisas o que o Estado (socialista, social ou liberal) tinha que "administrar", sempre em nome da "verdadeira liberdade": o reconhecimento da necessidade, o bem comum ou o bem público.

Agora neste fim de século, quando as crises dos Estados nacionais e, sobretudo, dos Estados imperiais poderia pôr em perigo a própria sobrevivência da sociedade (boa ou má), volta-se a discutir com seriedade a respeito do indivíduo, da racionalidade, da felicidade privada e geral, da liberdade do mercado. Será tão-somente uma onda neoliberal? Creio que não, porque o debate atravessa as fronteiras das disciplinas científicas e as fronteiras dos regimes políticos e sociais. Volta a estar em moda a filosofia moral, mesmo

que seja a filosofia vitoriana requentada. A organização flexível do trabalho e do tempo livre é uma preocupação dominante frente à rigidez das grandes concentrações industriais e urbanas e às novas técnicas. Volta-se desejar a participação política ativa dos cidadãos comuns, frente à *apatia* da sociedade de massas.

1. "Introdução ao caos"

Uma parte do debate contemporâneo se centra na incerteza e intransparência das estruturas sociais, mas também na crise dos "paradigmas" intelectuais e científicos, que marcam nossa época de transição. Do ponto de vista teórico se chama "caos" a uma situação de complexidade estrutural em que, por distintas razões, é impossível estabelecer uma visão sistêmica. A mais importante parece ser a impossibilidade de integração entre os aspectos micro e macroestruturais, o que impede de determinar tendências sistêmicas e apresenta grande incerteza a respeito das trajetórias possíveis[1].

Assim, ao contrário de muitos pessimistas que, baseados em aparentes "convergências" para a vitória final de um sistema social ou de um padrão de desenvolvimento, inferem o "Fim da História", o que parece ocorrer é que a história se encontra mais aberta do que nunca. Desde os tempos em que o mundo se encontrava "de ponta-cabeça", na designação feliz do historiador inglês Christopher Hill, vale dizer, desde o século XVII, não se via um período histórico tão rico em mudanças inesperadas e não previstas pelos cientistas de todos os matizes.

Entre os atores que selecionei para apoiar minhas reflexões há apenas um economista, Hirschman, que é uma espécie de contrapartida intelectual de Prebisch no Norte, para as reflexões sobre o desenvolvimento. Os demais são um conjunto heterogêneo de pensadores que tocaram em pontos relevantes da condição social contemporânea e que para mim, pelo menos, iluminaram os temas clássicos da economia política, a saber: trabalho, consumo, progresso técnico e tempo (histórico e abstrato). Todos se ocupam implícita ou explicitamente da felicidade humana, seja a individual ou a coletiva, e também sua visão do mundo não pertence à tradição positivista, mas à grande tradição da Modernidade Ocidental — "A razão crítica".

Em uma tentativa heróica de síntese, vou apresentar o que me parece ser o miolo das questões colocadas por estes autores, a saber:

As perguntas: Os resultados do progresso sobre os consumidores-cidadãos? (Hirschman). A natureza do Estado contemporâneo? (Harbermas). A liberdade humana? (Arendt e Lasch).

As respostas: Instabilidade. Imprevisibilidade. Intransparência.

O retorno ao paraíso perdido: A razão iluminista (Rouanet). A razão socialista (Gorbachev). O trabalho livre (Gorz). A matriz ibérica (Morse).

E por último — para não deixar esta introdução ao *caos* sem uma citação de um dos poucos laureados com o Prêmio Nobel de economia que não

(1) Sobre a nova ciência do caos, que começou com a meteorologia e a física, ver James Gleick, *CHAOS— Making a New Science,* Nova York, Ed. Viking, 1988.

envergonham a "corporação" nem a "pobre ciência" —, as palavras de Wassily Leontief: "Antes de sua expulsão do Paraíso, Adão e Eva desfrutavam sem trabalhar um nível de vida elevado. Depois de sua expulsão, tiveram de viver miseravelmente, trabalhando da manhã até à noite. A história do progresso técnico dos dois últimos séculos é a história de um esforço tenaz para voltar a encontrar o caminho do Paraíso. Não obstante, ainda que nos fossem oferecidas todas as riquezas sem que tivéssemos de trabalhar por um salário, morreríamos de fome no Paraíso, a não ser que [pudéssemos] responder com uma nova política de renda à nova situação técnica". Essa citação é o melhor que pude encontrar para iluminar o debate sobre "economia e felicidade" no mundo desenvolvido.

Acrescento apenas uma informação para os que vêem na acumulação de riqueza uma fonte importante de (in)felicidade: os dados disponíveis em fins de 1987 indicavam que havia na circulação financeira internacional cerca 8 trilhões de dólares, que giravam a uma velocidade espantosa nos computadores dos organismos financeiros privados internacionais. Aquilo que Keynes denominou "economia de cassino" não é mais que uma brincadeira de crianças comparado com a instabilidade do chamado mercado de colocações de fundos de um dia para outro *(overnight).* Para quem não sabe o que isso significa em escala mundial e não tem mais que uma pálida visão espúria do funcionamento dessa fantástica invenção tecnológica, devo acrescentar que ela desmente a maior descoberta em relação à dimensão temporal da física moderna, da economia clássica, da história e da condição humana, a saber, que o tempo é irreversível. Para o mercado do *overnight,* o tempo é reversível: depende do fuso horário onde se encontra o especulador e da rede de operadores na qual se acha inserido. Acrescentarei ainda que ninguém sabe hoje qual é o valor do dólar, nem qual é o valor das dívidas ou dos créditos globais das famílias, das empresas ou dos Estados nacionais que entraram neste "carrossel financeiro". As perdas de um dia nas grandes bolsas mundiais em novembro de 1988 foram da ordem de um trilhão de dólares, e, apesar disto, o sistema financeiro privado não veio abaixo.

Entretanto, 20 milhões de desempregados europeus têm que comer, não trabalham, nem se sabe quantos deles querem trabalhar, mas sonham com um Europa unida dos povos e do capital: contradição aparente que angustiaria André Gorz, mas deixa felizes e dá um novo sentido às "energias utópicas" que preocupam Habermas.

Ao sul do Equador, onde não existe pecado mas existem "peixes voadores", a história é diferente; aqui o debate sobre o futuro, a felicidade e a economia parece estar um pouco "fora de lugar", inclusive nas universidades, onde, afinal de contas, deveria ser o lugar de circulação ou "negação" das idéias. E por quê? Porque nas economias periféricas a discussão sobre o reino da liberdade do homem não responde a nenhum princípio de filosofia moral, quando milhões de seres humanos ainda não se liberaram das necessidades básicas. Aqui, então, e que me perdoem meus amigos liberais e libertários de todos os matizes que odeiam a "filosofia da história", a liberdade continua a ser um reconhecimento da necessidade, mesmo que as "elites" tenham todo o direito a suas liberdades particulares.

A economia política foi um dia uma "ciência moderna" por excelência, na realidade, disputou com a física o privilégio de inaugurar a época moderna. Depois que se distanciou da política e optou pela racionalidade do cálculo econômico, se converteu em uma "pobre ciência" da auto-regulação dos mercados. Cito aqui, porque me parece cada vez mais atual, um parágrafo de minha tese para Professor Titular, apresentada há mais de dez anos[2]: "Os físicos modernos não precisaram ver os sóis explodirem para formular suas leis sobre a matéria e a energia, não precisaram desintegrar o átomo para produzir novas teorias, não querem tapar com velhas equações os buracos negros do universo (nem tratam a dissipação com leis imutáveis)[3]. Os economistas viram o caráter progressivamente mais grave das crises capitalistas, viram que ocorria a separação das 'órbitas' da produção, da circulação dos bens e do dinheiro, viram em suas vidas explodir o 'sol' pelo menos uma vez, mas continuam aferrados a sua física newtoniana".

(2) M.C. Tavares, "Ciclo e Crise, o Movimento Recente de Industrialização Brasileira", Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1987, mimeo.

(3) Com relação à crise da ciência e em especial da física, ver Ilya Prigogine, *A Nova Aliança,* Brasília, Ed. Universitária de Brasília.

Na década de 1980, frente à crise financeira e de gestão dos Estados nacionais, o pensamento conservador abraça com entusiasmo a consigna da desregulação, enquanto o pensamento "progressista" discute com afinco a teoria da regulação do capitalismo. Até "nova ordem", parece melhor entregar o cuidado da "felicidade humana" aos psicólogos e aos políticos profissionais, os quais, pelo menos, estão sempre inventando novas terapias e não recomendam obsessivamente a "abstinência" e o trabalho a povos que morrem de fome e não têm emprego.

2. A dissolução histórica e teórica da economia política

Os paradigmas liberais parecem ter sido abandonados no começo do século XX, quando a teoria e a prática das guerras, do imperialismo e das crises reiteradas do capitalismo levaram as "elites" rebeldes do mundo ocidental a pôr em dúvida a ordem burguesa, essa mesma ordem que se havia iniciado de maneira tão auspiciosa com a derrubada do antigo regime e com as consignas da gloriosa Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. O sonho liberal e democrático norte-americano, expressão máxima da nova sociedade, terminou em 1898 com a invasão das Filipinas[4]. A partir daí, até a crise de 1930 e o surgimento do nazifascismo, o pensamento liberal não voltou a ocupar-se das consignas libertárias nem do bem comum, e só no pós-guerra viria a descobrir a equivalência entre consumo e felicidade.

(4) Ver Barbara Tuchman, *The Proud Tower,* Nova York, Bantam Books, 1985.

As preocupações políticas do período entre as duas guerras giravam em torno das palavras ordem, disciplina e poder. As preocupações econômicas dos liberais se concentravam na ruptura do padrão ouro, que ameaçava o valor mundial da riqueza capitalista. A discussão da felicidade humana fica entregue aos socialistas utópicos de todos os matizes, que evidentemente acentuam o "valor" do trabalho livre e não do consumo.

O sonho da internacional socialista terminou em 1914. A gloriosa revolução de massas, condenada por muito tempo ao socialismo em um só

país, terminou dando lugar a um Estado autoritário, que administrava ferreamente os seres humanos e não as coisas. O marxismo ocidental, ameaçado pelo fascismo, abandonou a crítica da economia política e se dedicou à "Kulturkritik" e, daí em diante, à filosofia.

Entre as duas guerras, a economia política produziu grandes pensadores da crise capitalista, Keynes e Schumpeter, cujos ensinamentos chegam até nossos dias. Lamentavelmente, para o primeiro, seus discípulos, sobretudo os norte-americanos, vão fazendo um *pastiche* de sua teoria, até que o pensamento neoclássico volta a fazer-se dominante.

Depois da II Guerra Mundial, a ordem liberal do capitalismo imperial e do socialismo autoritário passam a ser as novas bandeiras ideológicas que dividem o mundo ocidental. Entretanto aparece uma nova realidade, o Estado de bem-estar social, que deve menos ao pensamento keynesiano que aos reformistas e social-democratas do norte da Europa. Estes voltam a enfrentar a preocupação com a felicidade humana, desta vez não só individual mas coletiva. O direito ao trabalho (pleno emprego) e ao consumo social (saúde, educação, seguridade social) são deveres do Estado de bem-estar social para com seus cidadãos.

Aqui aparece pela primeira vez com clareza a ambigüidade entre o consumo público e o privado e entre os direitos individuais e sociais dos cidadãos. Estes aparecem diante do Estado como portadores de uma tríade de direitos contraditórios: o direito político ao voto universal (legitimador), o direito social dos trabalhadores organizados (constestatório) e o direito difuso ou segmentado dos consumidores (clientela). Como é óbvio, essa Santíssima Trindade, destinada a garantir a felicidade geral, cria problemas para o Estado, mas procura uma dinâmica social legitimadora sem precedentes históricos, da qual a esquerda marxista e latino-americana só veio a dar-se conta em plena crise do Estado de bem-estar[5].

A social-democracia demorou a chegar ao poder no coração da Europa, e quando o fez, a regulação econômica do capitalismo e a difusão do consumo de massas já estavam muito avançadas. No caso do socialismo autoritário, a vitória da URSS estendeu o império do socialismo real, mas confirmou a burocracia soviética em seu papel centralizador de um poder incontrastável, reforçado pela ameaça permanente do inimigo externo. Internamente, as dissidências intelectuais atacam a industrialização forçada, a privação de consumo, a privação de liberdades individuais, mas não conseguem enfrentar intelectualmente o paradigma da filosofia ocidental, reforçado pelas circunstâncias, de que a verdadeira liberdade é o reconhecimento da necessidade[6].

Não obstante, o Estado socialista burocrático se move por uma lógica interna de acumulação da indústria pesada que não tem nada a ver com nenhuma filosofia, mas sim com dois fatos básicos da economia política. O primeiro, é que se trata de um país de industrialização tardia, que tem que incorporar vastas massas rurais a um processo de trabalho socializado e a padrões de consumo mínimo urbano. O segundo, é o enfrentamento militar com outro sistema. Dessa maneira, a produção industrial de bens de capital e de armas constitui a prioridade básica do Estado, e não o consumo coletivo ou privado dos cidadãos[7].

(5) Sobre a crítica em torno da crise do Estado de bem-estar, ver "A Nova Intransparência — A crise do Estado de bem-estar e o esgotamento das energias utópicas", *Novos Estudos Cebrap,* nº 18, setembro de 1987.

(6) Sobre a relação entre liberdade e necessidade e sua recorrência na história da filosofia ocidental, ver Hannah Arendt, *A Condição Humana,* Ed. Forense Universitária.

(7) Esta estratégia industrial para superar o atraso é válida também para os países que na atualidade registram o maior êxito econômico da Ásia: Japão até o desastre da II Guerra Mundial e Coréia, entre 1950 e 1960.

É impressionante quanto demorou a surgir na URSS a discussão sobre a natureza do consumo social e o caráter de sua organização. Entretanto, o consumo privado *acaba* aparecendo como um desejo do povo russo, inclusive antes de haver fracassado o "sonho" da superioridade tecnológica e da organização burocrática do trabalho socializado. A autocrítica do modelo socialista soviético de organização e gestão social do Estado e da economia, feita recentemente por M. Gorbachev, reconhece a necessidade de uma nova economia política. Nela reaparecem os elementos clássicos de eficiência e de certa liberdade dos mercados, que levaram seus detratores e os liberais de todos os matizes a assinalar uma possível "transição pacífica" do socialismo ao capitalismo.

A ideologia dominante no mundo ocidental se orienta para a liberalização dos dois mercados fundamentais para o capitalismo: o mercado de trabalho e o mercado de dinheiro. Por sua vez, a discussão sobre o novo "socialismo democrático" se concentra nas questões de uma nova organização social da produção, do trabalho e da participação política, e não no "reinado das liberdades individuais de mercado", como desejariam os liberais, nem no "reinado do trabalho livre", como quiseram os socialistas utópicos.

As novas realidades socialistas, no terreno das liberdades políticas e da aceitação da democracia como valor fundamental e não instrumental, se alimentam das "velhas utopias" da sociedade humana. Não fica claro ainda que *novas "energias utópicas"* alimentariam a transição das relações de trabalho e de produção para um novo tipo de socialismo real.

Mas voltemos à crise da economia política capitalista, para enfrentar, por último, sua etapa atual de dissolução.

Desde Adam Smith até nossos dias, a economia política se ocupa do trabalho, da produção, da produtividade como necessidades do desenvolvimento econômico, submetidas a leis naturais ou históricas, e racionaliza o processo técnico como fonte do progresso humano em geral. Ao mesmo tempo critica o consumo conspícuo, a inatividade das classes ociosas, o desemprego; que são resultado "natural", diriam uns, ou histórico, diriam outros, deste sistema de produção capitalista ou industrial, segundo a visão das escolas a que pertençam os economistas. Em todos eles há uma filosofia moral: o progresso é bom, são seus resultados que podem ser maus. O homem é bom, são as formas de associação humanas que podem ser incorretas. A luta entre paixões e interesses move a história humana, mas seu resultado é em geral bom, progressista. Os que se atreveram a pôr isto em dúvida foram tachados de catastrofistas ou irracionais.

Com esta filosofia implícita do "progresso natural", não se deve estranhar o fato de que a economia política tenha entrado em crise. Uma disciplina que pretende ser científica deveria abandonar uma filosofia moral que prega a abstinência, a poupança, a austeridade e postula o equilíbrio, quando a acumulação de riqueza, o desperdício, o consumo conspícuo, as desigualdades e os desequilíbrios são as marcas registradas da história e da dinâmica do capitalismo. Ou então, deveria assumir de frente a crítica de um sistema no qual a acumulação de capital se move como um fim em si mesmo, e arrasta o progresso técnico por caminhos tortuosos que estão longe de corresponder a uma simples "destruição criadora", como pensava Schumpeter.

Não obstante, o que fez o pensamento econômico liberal não foi enfrentar-se com a realidade, foi livrar-se dela; ao continuar postulando o equilíbrio do mercado, passou a medir a felicidade pelas preferências ordenadas (ou reveladas) dos indivíduos e livrar-se da angústia vendendo nos consultórios dos psicólogos a "felicidade" a varejo como uma mercadoria[8].

(8) Uma crítica sobre este tema aparece nas obras de Christopher Lash, O *Mínimo Eu* e *Cultura do Narcisismo,* Ed. Paz e Terra.

Com a transformação da economia política em uma filosofia moral ou em uma apologética do capitalismo, chegamos ao verdadeiro paradigma da "ciência econômica"contemporânea, que é a chamada análise econômica do equilíbrio geral. Os economistas neoclássicos contemporâneos incluem neste todas as atividades humanas, em uma totalização economicista que é a manifestação suprema da arrogância e do vazio a que chegou nossa "pobre ciência". A análise do trabalho dá lugar a uma teoria do capital humano, a análise do consumo dá lugar a uma teoria das preferências do consumidor deparado com recursos escassos. Dessa maneira, o indivíduo consumidor deve hierarquizar suas preferências e compará-las com os preços relativos a fim de alcançar uma posição ótima.

A observação de que toda atividade requer um tempo, o qual em geral é escasso, é fundamental para a idéia de que todas as atividades humanas se encaixam na análise econômica neoclássica. A análise do tempo como um "bem finito" é a pedra fundamental para entender os aspectos mais variados do comportamento humano "do ponto de vista econômico". O tempo é dinheiro, diziam já faz muito tempo os homens de negócio norte-americanos. É assim que as preferências intertemporais dos consumidores abraçam todos os bens visíveis e invisíveis, desde o dinheiro até o petróleo, desde a amizade até a guerra, desde o trabalho até a ociosidade e finalmente, por que não?, até a felicidade. Este último fato foi confirmado quando os sociólogos descobriram que é possível perguntar às pessoas se são felizes, se pouco ou muito, se mais agora do que no ano passado etc, e relacionar tais revelações não só com a renda mas também com uma série de outras variáveis, como autonomia, auto-estima etc. Com a ajuda dos psicólogos do comportamento, a ação humana e a incerteza do futuro ficaram reduzidas a uma série de comportamentos previsíveis[9].

(9) Para uma crítica mais profunda e uma análise distinta do consumo, ver Hirschman, *De Consumidor a Cidadão — Atividade privada e participação na vida pública,* Ed. Brasiliense.

Esta marcha em busca da racionalidade e do mercado como "reino soberano da liberdade" culminou, em meio à crise de todos os paradigmas científicos, com a chegada triunfante dos "novos clássicos", como se chamam de maneira pedante os economistas neoclássicos norte-americanos da geração mais recente. Para estes não há dúvidas nem no mundo nem na ciência, e a racionalidade tampouco está em crise. As expectativas são racionais, o futuro provável é previsível, o equilíbrio é uma trajetória econômica perfeitamente viável, o que depende apenas de um tratamento matemático complexo dos modelos e de um tratamento rápido e confiável da informação. Para este último não há problema tecnológico: para isso há os computadores.

Desta maneira, uma revolução tecnológica, a informática, que causou tantas dores de cabeça aos filósofos da ciência e aos filósofos da sociedade, além dos problemas práticos da "regulação" do mercado de trabalho e do mercado de dinheiro, passa despercebida "para estes novos apóstolos da economia positiva". Para eles, as perguntas centrais sobre o desenvolvimento do

progresso tecnológico e a evolução da crise atual não conduzem às respostas indicadas na introdução a este ensaio: instabilidade, imprevisibilidade, intransparência, mas ao contrário. Conduzem a sério à recomendação bíblica: "Senhor, não nos deixeis cair em tentação".

Eles não sentem nenhuma tentação de "retorno ao Paraíso perdido", abominam a política e, a rigor, se pudessem, suprimiriam a ação humana como perturbadora da lógica. Samuelson, em sua irritação pelo retorno dos neoclássicos (e suas assessorias notórias aos regimes militares latino-americanos) denominou essa atitude fascismo de mercado.

3. A relação negativa entre economia e felicidade

O trabalho e o consumo parecem ser, ao longo de quase dois séculos, uma das "chaves" do problema da associação negativa entre economia e felicidade. Falta ou sobra trabalho, falta ou sobra consumo. O trabalho é socialmente necessário, mas é alienante; o consumo individual é indispensável, mas, para além de certo limite, é desperdício, ostentação, felicidade néscia. Mais que de um problema que se coloca e se resolve dialeticamente, parece tratar-se de uma "ambigüidade". É uma ambigüidade de muitas facetas: o caráter público ou privado do trabalho e do consumo, o caráter livre e necessário da atividade humana, a felicidade e a infelicidade geral, que deseja e rechaça o trabalho e o consumo como uma maldição ou como uma bênção.

Estas ambigüidades atravessam também todas as correntes de pensamento econômico, do liberal ao marxista, e quase sempre originam uma filosofia moral que perturba as análises mais rigorosas. É assim que uma elevação dos níveis de consumo material foi vista sempre com maus olhos por todos os grandes pensadores do passado, desde Adam Smith até Veblen (o primeiro grande crítico do consumismo). Este *rechaço* moral se generalizou até nossos dias, de tal modo que praticamente não há autor, seja conservador ou progressista, que não ataque o consumismo. Em seu interessante livro *De Consumidor a Cidadão,* sobretudo no capítulo I, Hirschman faz uma saborosa crítica dessa hostilidade: "A nova riqueza material fica, pois, envolta em um dilema: se as massas têm acesso a ela, os conservadores se rebelam porque a ordem social está ameaçada; se permanece inalcançável para as massas, os progressistas se enfurecem pela crescente disparidade dos padrões de consumo. Como os dados nunca estão livres de ambigüidade, a nova riqueza e os novos produtos podem ser, e foram freqüentemente, acusados e malditos pelos dois lados".

A mesma ambigüidade ocorre com o conceito de trabalho, seja o trabalho socialmente necessário, seja o trabalho livre. Uma parte considerável da literatura marxista ou simplesmente progressista se dedicou a este tema de maneira incansável. Desgraçadamente, não se pode dizer que os resultados alcançados sejam satisfatórios. Os descaminhos da teoria de Marx sobre o valor-trabalho foram muito agravados até agora por seus discípulos.

Vou permitir-me reproduzir aqui alguns parágrafos do ensaio que escrevi em 1978, mesmo que eles, como é óbvio, não resolvam a questão da ambigüidade. "Frente à fragmentação crescente do 'mercado de trabalho' e à impossibilidade de uma homogeneização das condições sociais de produção, ainda se procura recuperar, para uma análise contemporânea do salário, o conceito de 'custo de reprodução' da força de trabalho. No intento de tornar racional a realidade intolerável do capitalismo e de sua 'ordem' em decomposição, se discute sobre as remunerações pessoais do 'trabalho livre', convertido em sujeição burocrática nos serviços organizados do Estado, em termos de produtividade. Se discute o trabalho dos médicos e dos professores empregados pelo Estado como se fosse um 'trabalho produtivo'. Por estarem submetidos ao mesmo regime geral de exploração do trabalho assalariado, se consideram todos os trabalhos 'especiais' como se estivessem submetidos à regulamentação objetiva da jornada de um processo de trabalho mecanizado. Em vez disso, seria melhor examinar sua utilidade social, ou *seu valor de uso;* e tratar de negociar seu 'valor de troca', não arbitrariamente, mas de acordo com as condições reais de poder e de *legitimação* pela sociedade."

Nega-se a "politização" dos preços, inclusive daquele que está visivelmente mais politizado, que é o preço do trabalho nos serviços, os quais não são redutíveis a categorias como produtividade ou escassez. Não se percebe que a diferença fundamental entre uma "associação do lúmpen" e uma "corporação do trabalho universitário" reside nas diferenças de poder político e de condição social. Não se admite que o sistema de valorização é outro, que o sistema de hierarquização do processo de trabalho já não corresponde à diferenciação técnica e produtiva do capital; que, nas organizações sociais modernas, a superestrutura do sistema capitalista contemporâneo contém em si mesma regras de valorização, nas quais o poder político e a legitimação contam mais do que o movimento do capital, em expansão desordenada.

Se o capital se desfaz da mão-de-obra, esta, em sua "liberdade", está condenada temporariamente à situação dos "metecos" ou a criar suas organizações de sobrevivência. Se vê obrigada a travar uma luta política, periodicamente perdida, em uma sociedade em decomposição, até a transição para uma nova sociedade.

As interessantes reflexões de Hannah Arendt sobre o *animal laborans* tampouco desfazem a ambigüidade do trabalho e sua relação com a ação e a condição humana. Vou transcrever um parágrafo de sua análise da sociedade consumidora, que me parece apropriado para este ensaio pela menção explícita que faz da felicidade:

> *A verdade bastante incômoda de tudo isto é que o triunfo do mundo moderno sobre a necessidade se deve à emancipação da força de trabalho, isto é, ao fato de que o* animal laborans *pode ocupar uma esfera pública, e que, não obstante, enquanto o* animal laborans *continuar na posse dela, não poderá existir uma esfera verdadeiramente pública, mas só atividades privadas exibidas em público. O resultado é o que de maneira*

> *eufemística se denomina cultura de massas; e seu problema profundo é a infelicidade universal, devida, por um lado, à perturbação do equilíbrio entre o trabalho e o consumo e, por outro, à exigência persistente do* animal laborans *de alcançar uma felicidade que só pode ser alcançada quando os processos vitais de esgotamento e regeneração, de dor e de alívio da dor, estão em equilíbrio perfeito. Uma exigência universal de felicidade e infelicidade, tão comum em nossas sociedades (e que não são mais que as duas faces de uma mesma moeda), são alguns dos sintomas mais persuasivos de que já começamos a viver em uma sociedade do trabalho que não tem bastante trabalho para mantê-la feliz. Pois somente o* animal laborans *— e não o artífice ou o homem de ação— nunca exigiu ser feliz nem pensou que os homens mortais pudessem ser felizes.*

As reflexões de Gorz são mais taxativas e pretendem resolver o problema[10]. Entretanto, apesar de sua crítica e de sua proposta de uma renda vitalícia independente do emprego, não está resolvida em seu texto a ambigüidade do trabalho livre. Inclusive ele comete algumas ingenuidades, semelhantes às dos neoclássicos: em vez do mercado auto-regulado, o trabalho livre auto-regulado. Nele como em nossos neoclássicos, desaparecem o conflito e a política. Sua fé na automatização e na liberdade de ir e vir faz recordar a ingenuidade do *laissez faire, laisser passer* dos primeiros liberais.

(10) Ver André Gore, *Les Chemins du Paradis. L' agonie du capital,* Ed. Galilée.

É assim que, ao final de seu capítulo mais estimulante, "Para sair do capitalismo", diz: "As idas e vindas entre o trabalho heterônomo, as atividades micro-sociais facultativas e as atividades pessoais autônomas constituem a garantia do equilíbrio e da liberdade de cada um. A complexidade, as indeterminações, as superposições mantêm abertos os espaços onde podem exercer-se a iniciativa e a imaginação. Elas são as riquezas da vida".

Assim, existindo a automação, a "lógica econômica" já não teria o que fazer, segundo crê Gorz, e — acrescento eu — desapareceria a organização do trabalho socialmente necessário. E, enfim, o reinado da liberdade individual e da felicidade geral. Venha, pois, a energia utópica!

4. América Latina: nem Estação Finlândia, nem Porto Seguro; terra desconhecida

Até aqui, a relação entre economia e felicidade foi abordada de diversos pontos de vista teóricos, e um pouco em seu contexto histórico, do ponto de vista dos países "centrais". Para as sociedades opulentas e democráticas este problema adquiriu dimensões filosóficas e tecnológicas que originaram um debate sumamente rico e pertinente, sobretudo se a corrida armamentista é separada das preocupações centrais da humanidade. Para as sociedades socialistas autoritárias e tecnologicamente menos adiantadas, o problema parece estar entrando em debate com a autocrítica da "sociedade velha" e as

tentativas de reestruturar uma nova, na qual os problemas básicos continuam sendo a democracia e a eficiência, dois antigos amigos do pensamento ocidental a partir da Idade Moderna. Em troca, o que se pode dizer das sociedades periféricas, tão heterogêneas em seus padrões econômicos, sociais, culturais e políticos, e com a maioria de seus povos sem haver alcançado a satisfação das necessidades básicas para a vida?

No caso da América Latina, o conceito de *modernidade* continua obcecando as *elites* pensantes, liberais-conservadoras ou progressistas. A leitura de *O Espelho de Próspero* de Richard Morse é uma incitação para voltar a examinar o conceito de modernidade, à luz de nossa matriz ibérica.

O núcleo da teoria do subdesenvolvimento latino-americano, formulado por Raúl Prebisch em seu ensaio germinal de 1949[11], parece ter sido esquecido ou reduzido a formalizações acadêmicas; quando muito, faz parte da história do pensamento latino-americano. Só uns poucos discípulos e amigos que ainda estão vivos continuam a luta; no entanto vários economistas latino-americanos retornaram aos conceitos mais primitivos das teorias da modernização, os que prevaleciam na América Latina na década de 1950, antes da contribuição de José Echevarria e seus discípulos.

(11) Raúl Prebisch, "El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de sus Principales Problemas", *Boletin económico de América Latina,* Santiago de Chile, Comisión Económica para América Latina (CEPAL), vol. VII, nº 1.

Pois bem, a questão básica, a meu juízo, não consiste na disjuntiva entre modernidade e atraso, ou entre crescimento e estancamento. No Brasil tivemos cinqüenta anos de crescimento contínuo, e várias décadas de modernização conservadora; não obstante, a matriz estrutural do caráter desigual do capitalismo continua intacta. José Serra e eu escrevemos em 1970 um ensaio que trata da dinâmica da acumulação de capital e da heterogeneidade estrutural, inspirado em Aníbal Pinto, do que voltei a ocupar-me no início da década de 1980[12].

(12) José Serra (org.), "Além da Estagnação", *in Ensaios de Interpretação da América Latina,* Ed. Paz e Terra; M.C. Tavares, "Problemas Estructurales en Países de Industrialización Tardia y Periférica", *Revista de política económica latinoamericana,* México, D.F., Centro de Investigaciones y Docência Econômica (CIDE), 1981.

Tratamos de demonstrar que não é por falta de progresso material que nos achamos nesta situação de injustiça social flagrante. Tudo em vão! A idéia atual dos "progressistas" é sua insistência na modernização, na inserção internacional dinâmica, na eficiência do Estado, como condições para empreender de novo o crescimento. Primeiro, crescer, e depois distribuir. É outra vez a velha teoria da distribuição do bolo. E onde foi parar a discussão sobre os estilos de desenvolvimento? E as necessidades básicas da população, serão garantidas por quem?

A apropriação da idéia de "dependência" pela esquerda não deu melhores resultados. É verdade que a esquerda latino-americana teve de perder muitas energias e pagar com muitas vidas a aceitação da "velha utopia" da democracia. Aprendeu à própria custa e vendo os resultados políticos e ideológicos das ditaduras sobre nossos povos, que a democracia é um valor permanente e não instrumental. Menos mal que, em sua maioria, aprendeu a lição antes da queda do Muro de Berlim.

No entanto, em matéria de economia política o pensamento latino-americano sofreu uma derrota considerável. Aqui sim a ideologia neoliberal fez estragos devastadores entre as gerações mais jovens. As gerações mais velhas se concentraram na discussão da dívida externa e conseguiram uma aparente vitória na aceitação ideológica crescente, que teria culminado com o reconhecimento por parte dos países credores, da impossibilidade de que a dívida seja paga nas condições em que foi contraída e em que vem sendo renegociada.

Não obstante, as análises básicas e as recomendações sobre processos de ajuste interno são em geral aceitas, apesar de sua pobreza teórica e de seu conservadorismo aterradores: pôr "ordem na casa", reduzir a magnitude do déficit mediante ajustes monetários e fiscais convencionais, abrir a economia para incrementar a competição, atrair capital estrangeiro para modernizar nossa economia atrasada. Não perder "o trem da história", que passa pela Europa e o Japão! Não há crítica teórica possível a este acúmulo de trivialidades! A intelectualidade de esquerda sabe que o "trem" já não corre mais para a Estação Finlândia, mas a crise do socialismo real e do capitalismo latino-americano a deixam mais perplexa e mais anêmica do que esteve em toda a década de 1980.

Mas, o que se passa com as sociedades latino-americanas? Assistem inermes ao "fim da história", profetizado pelos intelectuais cansados e as *elites* enfastiadas que sepultaram com pompa a Revolução Francesa? Certamente não, a sociedade sul-americana se move espasmodicamente, com uma energia de massas nunca vista em todo o período pós-guerra, mas sem ordenamento político visível. Durante toda a década de 1980 assistimos a manifestações de descontentamento, luta pela redemocratização, comícios gigantescos, raiva, alegria e inventiva das massas urbanas jovens. "Terra em transe", diria Glauber Rocha. "Rios profundos", diria Arguedas. Os poetas, como sempre, estão na vanguarda.

Terra desconhecida. Navegar é preciso, disse faz muito tempo o poeta português. Não existe Porto Seguro, as massas já "desembarcaram" há muito tempo neste continente americano. O que alguns de nossos "sociólogos" ainda não descobriram é que nem o passado nem o presente da Europa serão o futuro da América Latina. Querem desembarcar diretamente na atual social-democracia de Mitterrand e Felipe González, sem levar em conta a existência das massas miseráveis e o enorme conflito que impede todo "pacto social" que vá além de um pacto político democrático. Passar da democracia política à democracia social envolve construir instituições e consensos muito mais amplos que os que permitiram negar o terror de Estados autoritários.

Os economistas descendentes da velha CEPAL e do pensamento crítico de Prebisch, Furtado e Aníbal Pinto se dedicaram à crítica do capitalismo latino-americano, e vêm fazendo um esforço considerável para compreender os processos de ajuste do capitalismo contemporâneo, em transformação acelerada, e propõem perguntas básicas: A transnacionalização global liquida as possibilidades de reação dos Estados nacionais dos países periféricos? É possível uma ação conjunta defensiva da América Latina no que se refere à dívida externa e a integrações econômicas parciais pelo menos no Cone Sul? É possível uma transformação econômica com eqüidade?

Quanto à questão da organização das massas miseráveis e do Estado democrático, os economistas de quase todos os matizes lavam as mãos e remetem o problema aos sociólogos ou à meta-história. Estão atrasados em relação ao nosso estimado mestre Prebisch, que nos últimos anos de sua vida postulava concretamente a ação política e a busca de um paradigma socialista-democrático[13]. As recolocações teóricas nessas matérias estão apenas no início. Os caminhos e os projetos dependem da capacidade de luta e de articulação política da sociedade latino-americana. A luta iniciada há muito

(13) Raúl Prebisch, *Capitalismo Periférico, Crisis y transformación,* México, D.F., Fondo de Cultura Económica, 1981.

tempo está sendo empreendida de novo, mas em condições objetivas e subjetivas muito adversas.

"A democracia é compatível com a miséria e a violência", dizia há pouco tempo em Campinas um ilustre sociólogo internacional ao discutir as perspectivas para o final do século XX. Os aplausos foram escassos, mas a perplexidade reinante paralisou o debate. Talvez o que queria dizer era que nossas recém conquistadas liberdades políticas não estavam em perigo, que não havia risco de retrocesso, apesar do grau de conflito social. Mas não se deu conta do efeito negativo da afirmação categórica, sobretudo no plano simbólico e psicológico.

Para nós e em homenagem à vida e à obra de Raúl Prebisch, o ponto de partida tem que ser outro: a miséria e a violência não são aceitáveis como coexistentes com a democracia. Mais que isso, só serão resolvidas pelo aprofundamento da luta democrática alimentada por alguma visão, de longo prazo, dos objetivos que é preciso alcançar.

Maria da Conceição Tavares é professora do IE da Unicamp e do IEI da UFRJ. Já publicou nesta revista "O FMI no País do Faz-de-Conta" (Vol. 2, Nº1).

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 30, julho de 1991
pp. 63-75

RESUMO

Este artigo foi concebido originalmente como um debate contra as ilusões do pensamento ultraliberal anglo-saxônico, que com sua moral vitoriana prega sempre o bom caminho para alcançar a felicidade através da austeridade e do livre mercado. Depois foi transformado em uma homenagem a Raúl Prebisch, o primeiro economista latino-americano que teve uma visão crítica do pensamento econômico dominante e propôs um esquema de interpretação da "situação histórica da periferia". Não obstante, seu objetivo não é retomar o fio de Ariadne deixado por Prebisch, mas avaliar com a máxima concisão possível, e tomando pontos chaves da economia política, o caos a que chegou o pensamento social contemporâneo. Tenta-se, por fim, chegar às mesmas perguntas que Prebisch fez ao final de sua vida e que é preciso voltar a fazer sobre esta "terra desconhecida" em que se converteu a América Latina depois de tantos experimentos desenvolvimentistas e reformistas fracassados. Não há certezas, mas sim uma intuição quase unânime de que a chamada década perdida de 1980 não foi tão perdida; pelo menos para quem preza muito as transições democráticas que tiveram lugar no continente, e crê que só a partir da luta democrática se pode buscar o avanço na economia e a felicidade de nossos povos.